

The DAC Journal: Development Co-operation - 2004 Report - Efforts and Policies of the Members of the Development Assistance Committee Volume 6 Issue 1

Summary in Portuguese

O Jornal do CAD: Cooperação para o Desenvolvimento – Relatório 2004 – Esforços e Políticas dos Membros do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) – Volume 6 - 1

Sumário em Português

Síntese pela Presidência do CAD

Este capítulo foi concebido com três objetivos:

- Primeiramente, para observar o panorama emergente do progresso em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), e como ampliar substancialmente o círculo de países cujo progresso, em relação a esses objetivos, é favorável.
- Segundo, para discutir sobre como melhor integrar a noção de segurança nas reflexões sobre o desenvolvimento sustentável, recorrendo ao conceito de “segurança humana” como um guia para vincular desenvolvimento e segurança.
- E em terceiro lugar, para avaliar o progresso no aumento do volume e da eficiência da ajuda internacional, como um dos contribuidores potenciais para uma vida melhor e mais segura para as pessoas pobres.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

A situação descrita pelas estatísticas disponíveis amplia o catálogo atemorizador da miséria humana. Aproximadamente 1.1 bilhão de pessoas vivem com menos de um dólar por dia; mais de 100 milhões de crianças não freqüentam a escola primária, sem considerar os que concluem o Ensino Primário sem um nível educacional adequado; a pretensão de se alcançar a paridade entre os sexos na matrícula em escola primária não

será alcançada em 2005, e 10 milhões de crianças menores de 5 anos morrem cada ano por motivos que podiam ser evitados. Além do mais, a pandemia da AIDS continua, e com a malária, a tuberculose e outras doenças relativamente negligenciadas, contribui para moderar ou inverter os progressos na esperança de vida em muitos países da África sub-Saariana. E as pressões na infra-estrutura e nos recursos naturais continuam aumentando em razão do crescimento demográfico e do aumento do consumo.

Quais são as perspectivas de se alcançar os objetivos nos prazos determinados? Considerando-se uma perspectiva mundial, parece que, certamente, apenas o objetivo referente à baixa renda será alcançado quase imediatamente. Isso não representa, é claro, uma façanha em si. As estimativas atuais sugerem que a proporção de população mundial nos países em desenvolvimento que está vivendo com menos de um dólar por dia, diminuirá de 13% em 2015, atingindo-se um total absoluto de aproximadamente 750 milhões, em comparação com o pico de 1.5 bilhão no início dos anos 1980. Mas na maioria dos outros objetivos, ou em todos, o progresso esperado – e para cada objetivo, há motivos de se acreditar que esse progresso continuará mundialmente – poderia ser inferior, mesmo numa escala mundial, às esperanças daqueles que definiram os objetivos. A deficiência parece ser mais significativa em relação aos objetivos sanitários.

Segurança, direitos humanos e desenvolvimento

Precisa-se desenvolver um consenso maior que o atual sobre os vínculos entre segurança e desenvolvimento, e sobre as conseqüências práticas de um maior reconhecimento de sua importância. Isto é o mais importante, quando se crê que a segurança e o desenvolvimento comunitários precisam ter um melhor desempenho conjunto, para obterem resultados que os levem a alcançar seus objetivos, respeitando-se as propostas apresentadas por cada um dos setores. O Relatório de 2003 da Comissão de Segurança Humana apresentado ao Secretário-Geral das Nações Unidas é, nesse sentido, um documento de referência.

No relatório apresentado em 2004 sobre a Reforma do Sistema de Segurança, o CAD evidenciou a necessidade de uma abordagem por toda a estrutura governamental visando a resolução dos problemas de segurança. Tal abordagem não deve significar que as agências de desenvolvimento (ou aquelas de cunho político e militar) abandonam seus próprios objetivos, disciplinas e responsabilidades. Aliás, é essencial respeitar as competências e restrições de cada uma das partes, a fim de realizar acordos de cooperação governamentais.

Volume da ajuda

A Conferência de Monterrey sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em março de 2002, parece ter marcado a abertura de novos caminhos para as concessões de auxílio. Após o nítido declínio da APD em termos reais (e ainda mais como proporção de Renda Nacional Bruta do CAD) entre 1992 e 1997, a ajuda por parte dos membros do CAD estabilizou-se dificilmente como proporção da RNB, em cerca de 0.22% entre 1997 e 2001, voltando então para o crescimento real, mas em nível muito modesto. Em 2002, a APD teve um crescimento real de 7 %, aumentando ainda 5% em

2003, alcançando nesse ano 0.25% do RND do CAD, chegando a ultrapassar o valor real da ajuda de 1992, o ponto alto dos exercícios anteriores. Este relatório está sendo publicado antes que seja divulgado o volume da ajuda de 2004, mas há muitas razões para pressupor que um crescimento real com relativa significação tenha ocorrido pelo terceiro ano consecutivo. Os compromissos assumidos em Monterrey poderiam implicar que, em 2006, a APD do CAD alcançará aproximadamente 0.30% da RNB do CAD, ou seja, 88 bilhões de USD, com dólares US de 2003. Isso representaria um aumento real de cerca de 50% a partir de 2001.

Concessão de auxílio

A maneira de se conceder auxílios é um dos elementos importantes para sua eficiência em ajudar a atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Muitas evidências sugerem que o auxílio é particularmente eficiente em ambientes políticos saudáveis, e que seu efeito de alavanca nas condições de vida dos pobres será maior se a atribuição também refletir a distribuição dos pobres no mundo. Em 2004, o *Relatório de Cooperação para o Desenvolvimento* demonstrou que, em média, os doadores do CAD estavam aumentando a proporção do seu auxílio aos países com melhor desempenho (aproximadamente 70% aos países com os dois maiores quintis); um relatório do DFID, *Pobreza a Longo Prazo*, forneceu nova indicação (abordada no capítulo 2) de como a atribuição de auxílio por parte de doadores individuais é vinculada à distribuição das populações pobres no mundo.

Eficiência do auxílio

Último, porém não menos importante, devemos levar em consideração a eficiência do auxílio concedido. Os países em desenvolvimento e os doadores concordaram amplamente com o fato de os atuais dispositivos de entrega poderem e deverem ser melhorados significativamente. Muitas agências doadoras e suas contrapartidas dos setores dos governos beneficiários que recebem os auxílios estão trabalhando arduamente para dar e receber auxílios. Missões, reuniões de coordenação, discussões com doadores individuais ou coletivamente etc., levaram muito tempo em países onde a capacidade de gerenciar importantes fluxos de assistência é sempre baixa. Nenhum desses é popular junto ao público, seja nos países beneficiários ou nos países doadores, embora alguns reflitam preocupações contínuas sobre a confiabilidade dos países doadores.

Atribuições de Auxílio por Beneficiário

Os beneficiários de auxílios aumentaram progressivamente desde seu ponto baixo em 1997, para alcançarem agora o maior nível jamais atingido. Mas a renda nacional dos países que se beneficiam da maioria dos auxílios também cresceu rapidamente nos últimos anos, deixando a taxa de pagamentos de auxílio nas taxas dos países em desenvolvimento com poucas evoluções. Os fluxos totais de auxílio para os países

beneficiários são bastante previsíveis de um ano para outro, embora maiores certezas referentes aos compromissos de médio prazo ajudariam na planificação do orçamento dos beneficiários. Os pequenos países recebem muito mais auxílio per capita que os países maiores, mas geralmente, as receitas geradas pelo auxílio representam uma proporção importante das importações apenas nos Países Menos Avançados. Com o aumento da renda média dos países em desenvolvimento, o auxílio está cada vez mais concentrado nos países mais pobres, que recebem numerosas subvenções e relativamente pouca cooperação técnica. Evidências provindas de fontes diversas sugerem que um melhor objetivo do auxílio às intervenções custosas e eficazes no controle de doenças, da nutrição e do abastecimento de água, aliviaria a miséria humana e contribuiria para o sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Progresso Alcançado desde a Declaração do Milênio em 2000

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estão liderando o programa de desenvolvimento mediante estratégias para melhorar os resultados. A maioria dos países da Ásia e do norte da África está claramente a caminho desses objetivos; o oeste da Ásia, as Antilhas e a América Latina estão progredindo na área da educação, mas muito menos no que se refere à pobreza, e a maioria dos países menos desenvolvidos, entre outros na África sub-Saariana, realizaram poucos progressos nos anos 1990. A prevenção dos violentos conflitos e a construção de uma paz duradoura são vitais para se atingir os ODM. O trabalho do CAD relativo à paz e à segurança ajuda as agências de desenvolvimento a abordar essa dimensão essencial na Declaração do Milênio. O crescente enfoque nos resultados também possibilita que o trabalho do CAD e de seus parceiros melhore a eficiência da assistência ao desenvolvimento, mediante a harmonização das práticas dos doadores, alinhadas com as estratégias e os sistemas dos países, e o fornecimento de um financiamento previsível. Mas a boa prática ainda deve ser generalizada.

Políticas e Esforços dos Doadores Bilaterais

O volume de auxílios dos países membros do CAD tem tendência a aumentar, refletindo as evoluções para se cumprir os compromissos firmados durante a Conferência de Monterrey, em 2002, sobre o Financiamento do Desenvolvimento. Uma proporção significativa desse volume em aumento, porém, chegou sob forma de alívio da dívida. Os membros do CAD elaboraram um relatório sobre as medidas visando a melhorar a eficiência do auxílio através do alinhamento e da harmonização crescentes, bem como de medidas visando a sustentar as possibilidades de estratégias locais de desenvolvimento. No contexto da coerência política para o desenvolvimento, mais

doadores estavam empreendendo ações para institucionalizar o processo de integração dos interesses dos países em desenvolvimento em todos os aspetos da formulação nacional de política, incluindo-se o comércio, a emigração, o investimento e o meio ambiental. Em 2004, cinco países foram avaliados pelos seus pares do DAC: França, Itália, Áustria, Noruega e Austrália.

© OECD 2005

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE publicada originalmente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE
www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit,
Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 13 91

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal
75116 Paris
França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

